

Mais SUAS! Mais direitos! Mais cidadania! Contra o desmonte da Assistência Social!

Nas Conferências de Assistência Social e em muitos movimentos sociais pela garantia de direitos e o bem comum, foram formuladas as ideias e as propostas do que se conhece hoje em dia como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH\SUAS), A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) viabilizaram a criação de diversos serviços, programas e projetos da assistência social. Muito do que ainda precisa melhorar deve passar pelas Conferências, que são espaços deliberativos sobre como deve ser conduzida a política de Assistência Social.

Este ano o Conselho Nacional de Assistência Social convoca sob o tema "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS" a XI Conferência Nacional de Assistência Social, a ser precedida por Conferências Estaduais e Conferências Municipais.

Reconhecendo as Conferências de Assistência Social enquanto instâncias máximas de participação e deliberação sobre a política pública e enquanto espaço fundamental de formulação e construção da Política Nacional (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e reafirmando seu compromisso de defender as políticas públicas por meio de instâncias de controle e participação social, visando sua democratização, consolidação, ampliação do acesso e qualificação, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo organiza campanha de mobilização para a participação nas etapas municipais, estadual e nacional desta XI Conferência.

A campanha foi iniciada com eventos preparatórios realizados na sede e nas subsedes do CRP SP, com o tema "Contribuições da psicologia para a garantia de direitos e o fortalecimento do SUAS". Estes eventos tiveram por finalidade analisar a atual conjuntura do Sistema Único de Assistência Social e sua relação com as demandas sociais brasileiras, discutir o tema e os eixos temáticos da XI Conferência Nacional de Assistência Social e formular propostas de contribuições críticas da psicologia para a efetivação do SUAS e dos direitos socioassistenciais para serem levadas ao debate nas conferências.

Entendendo que esse debate se enriquece quando são consideradas as interfaces da assistência social com outras políticas públicas e com os debates sobre defesa de direitos, a campanha também envolve a mobilização de diversos núcleos temáticos do CRP SP.

Além do núcleo de Assistência Social, a campanha conta com contribuições dos núcleos de Criança e Adolescente, Psicologia e Deficiência, Psicologia e povos tradicionais, Psicologia e relações étnicorraciais, Laicidade e Religiosidade, Sexualidade e Gênero, Emergências e Desastres, Educação e Medicalização, Saúde e Justiça.

O resultado deste processo de debate são as propostas apresentadas neste material.

Tendo como mote geral "**Mais SUAS! Mais direitos! Mais cidadania! Contra o desmonte da Assistência Social!**", consideramos o momento peculiar em que se encontra a política de Assistência Social no país. Apenas um ano após a aprovação do II Plano Decenal do SUAS (2016 - 2026), enquanto resultado do processo conferencial de 2015, a conjuntura aponta para sua desconsideração, com exemplos flagrantes de seu descumprimento. Um dos exemplos mais emblemáticos são as propostas de alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da chamada Reforma da Previdência, na contramão daquilo que deliberou a X Conferência Nacional da Assistência Social. Este processo não pode ser dissociado, também, de uma conjuntura de ataques à construção do SUAS e de retrocessos em relação à organização das ofertas socioassistenciais. Outro exemplo deste processo é o programa "Criança Feliz", que ignora e fere a construção republicana, ao longo de mais de uma década, de parâmetros para os serviços socioassistenciais e sua articulação com os benefícios e as transferências de renda. A atual conjuntura indica ainda que o próprio processo de controle social tem sido desqualificado. Não podemos, assim, ignorar que o momento é de rupturas do processo democrático.

Ao se posicionar contra os desmontes no SUAS e em defesa de mais direitos e mais cidadania, o CRP SP convida as(os) psicólogas(os) para uma participação ativa, qualificada e propositiva nas Conferências de Assistência Social, em defesa dos avanços alcançados nesta política pública, com ampla participação de psicólogas(os) nesta construção, mas também na disputa dos avanços que ainda se fazem necessários para ampliar as responsabilidades estatais com a proteção social, universalizar acessos e garantir direitos sociais universais enquanto condição inalienável da cidadania.

Bons debates, boa participação e boas conferências!

EIXO 1

A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais

Desafios:

Escassez de recursos para financiamento integral de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda.

Sobreposição, desintegração e contradição de ofertas nas diferentes instâncias de gestão da Assistência Social. Desvios e transferências de responsabilidades entre áreas das políticas públicas e de poderes. Baixo reconhecimento da Assistência Social como dever do Estado e direito não contributivo da cidadã e do cidadão.

Propostas:

1. Garantir que os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, assim como serviços conveniados que atendam usuários do SUAS apresentem arquitetura adequada à NBR-9050 e princípios do Desenho Universal;
2. Ampliar o número de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (para crianças, adolescentes, jovens e adultos e idosos) com arquitetura adequada à NBR-9050 e princípios do Desenho Universal.
3. Fomentar iniciativas de Emprego Apoiado para pessoas com Deficiência nos municípios de forma articulada com Secretarias de Trabalho, Emprego e congêneres.
4. Garantir formação para os trabalhadores do SUAS em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bem como, para outros idiomas, a exemplo dos casos em que há atendimentos de refugiados ou pessoas com visto humanitário.
5. Apoiar a luta dos povos tradicionais especialmente pelo direito à terra e à implementação de projetos estruturais que promovam o desenvolvimento dos sujeitos para que possam protagonizar um compromisso para o desenvolvimento local sustentável.
6. Valorizar as práticas e os conhecimentos tradicionais, com a promoção do reconhecimento da dimensão subjetiva, coletiva e social dessas práticas e a produção e reprodução de saberes dos povos tradicionais;
7. Garantir distribuição de renda, acesso a bens e serviços públicos com qualidade, acesso a informação pública com transparência, integralidade das ofertas socioassistenciais, defesa dos direitos, inviolabilidade da dignidade humana, sistematização, monitoramento e publicização de informações atualizadas para superação das situações de desproteção da população negra, indígena, LGBT, em situação de rua, de comunidades tradicionais, de pessoas idosas, de pessoas com deficiência e em extrema pobreza.